

Do discurso sobre a natureza e a natureza do discurso: um estudo de caso sobre a gestão das águas

Rodrigo de Freitas Espinoza* y Rodrigo Contante Martins**

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a problemática ambiental iniciou-se de maneira mais significativa por volta de 1960. A comunidade científica, neste período, assumiu um papel importante para o afloramento deste tema. Esta questão se firma no cenário da política internacional quando são realizadas conferências internacionais sobre o meio ambiente (Estocolmo 1972, Rio 1992 e Johannes-

RESUMO

O debate sobre a problemática ambiental iniciou-se de maneira mais significativa por volta de 1960. A comunidade científica, neste período, assumiu um papel importante para o afloramento deste tema. Esta questão se firma no cenário da política internacional quando são realizadas conferências internacionais sobre o meio ambiente (Estocolmo 1972, Rio 1992 e Johannesburgo 2002) com o objetivo de se pensar alternativas sustentáveis para os padrões de consumo e de produção da sociedade moderna. De acordo com Martins (2008), um dos fatores que contribuem para a consolidação da temática ambiental é sua associação com a racionalidade econômica e com o conhecimento técnico-científico. Este processo promoveu uma conveniente similaridade desta questão com as variáveis econômicas que já compunham as mesas de decisões políticas. À medida que a questão ambiental passa a ser incorporada pelas instâncias de governo, ela adquire uma nova forma de desenvolvimento e organicidade. Contudo, a maneira como este tema foi sendo incorporado no campo das decisões políticas é passível de interpretações críticas, principalmente com relação aos limites dos princípios econômicos neoclássicos como forma de norteamento para as políticas sócio-ambientais (Martins, 2004; Leff, 2006).

PALAVRAS CHAVE: sociedade e recursos hídricos; governança ambiental; sociologia ambiental.

ABSTRACT

From discourse about nature to the nature of discourse: a case study of water management

Debate about the environment became more significant around 1960; this period assumed an important role regarding the scientific community's outburst of interest in the topic. Such interest raised the matter to international policy level when international conferences were held about the environment (Stockholm 1972, Rio 1992 and Johannesburg 2002) aimed at stimulating thinking about sustainable alternatives for modern society's consumption and production pattern. According to Martins (2008), one of the factors contributing towards consolidating environmental matters is associated with economic rationality and technical-scientific know-how. Such process promotes convenient similarity with economic variables considered in policy decision-making. Once environmental issues become incorporated by government bodies they acquire a new form of how they become developed and organicity. However, the way this issue has been incorporated into the field of policy decision-making is open to critical interpretation, mainly regarding the limits of neoclassical economic principles as a way of orientating socio-environmental policy (Martins, 2004; Leff, 2006).

KEY WORDS: society and water resources, environmental governance, environmental sociology.

RESUMEN

Del discurso sobre la naturaleza a la naturaleza del discurso: un estudio de caso sobre la gestión de las aguas

El debate sobre la problemática ambiental se inició de manera significativa EN 1960. La comunidad científica, en este período, tuvo un papel muy importante. Este tema surge en el escenario de la política internacional, al ser realizadas conferencias internacionales sobre el medio ambiente (Estocolmo 1972, Río 1992 y Johannesburgo 2002), con el objetivo de pensar alternativas sustentables para los modelos de consumo y de producción de la sociedad moderna. De acuerdo con Martins (2008), uno de los factores que ayudan para la consolidación de la temática ambiental es su asociación con la racionalidad económica y con el conocimiento técnico-científico. Este proceso promueve y ha promovido una conveniente similitud de este tema con las variables económicas que ya componían las mesas de decisiones políticas. A medida que el tema ambiental pasa a incorporarse por las instancias de gobierno, adquire una nueva forma de desenvolvimiento y organización. Con todo, la manera como este tema fue siendo incorporado en el campo de las decisiones políticas es susceptible de interpretaciones críticas, principalmente con relación a los límites de los principios económicos neoclásicos como medio de orientación para las políticas socioambientales (Martins, 2004; Leff, 2006).

PALABRAS CLAVE: sociedad y recursos hídricos, gobernanza del medio ambiente, sociología ambiental.

* Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos.

Correio-e: rodrigofespinoza@yahoo.com.br

** Departamento de Sociologia (DS) da Universidade Federal de São Carlos.

Correio-e: rmartins@ufscar.br

CORREO IMPRESO: Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH - Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Sociologia - UFSCar Rodovia Washington Luis, km 235 - CEP 13.565-905 - São Carlos, SP - Brasil.

De Freitas Espinoza, Rodrigo y Contante Martins, Rodrigo. 2011. "Do discurso sobre a natureza e a natureza do discurso: um estudo de caso sobre a gestão das águas". *Nova et Vetera* 20(64): 93-102.

Recibido: noviembre de 2010 / Aprobado: agosto de 2011

burgo 2002) com o objetivo de se pensar alternativas sustentáveis para os padrões de consumo e de produção da sociedade moderna.

De acordo com Martins (2008), um dos fatores que contribuem para a consolidação da temática ambiental é sua associação com a racionalidade econômica e com o conhecimento técnico-científico. Este processo promoveu uma conveniente similaridade desta questão com as variáveis econômicas que já compunham as mesas de decisões políticas. À medida que a questão ambiental passa a ser incorporada pelas instâncias de governo, ela adquire uma nova forma de desenvolvimento e organicidade. Contudo, a maneira como este tema foi sendo incorporado no campo das decisões políticas é passível de interpretações críticas, principalmente com relação aos limites dos princípios econômicos neoclássicos como forma de norteamento para as políticas sócio-ambientais (Martins, 2004; Leff, 2006).

A consolidação da problemática ambiental em escala global e também local fez com que se aflorassem inúmeras instâncias voltadas para gestão ambiental. Nesse processo a questão da água se mostra proeminente, sobretudo por se tratar de um elemento essencial à vida. Entre novas formas de gestão dos recursos naturais estão os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH's). Os CBH's se caracterizam pela governança descentralizada e composta por diferentes representantes da sociedade, como autoridades públicas, técnicos de governos e sociedade civil. Historicamente, no Brasil, a gestão de recursos hídricos esteve voltada principalmente para a geração de energia hidrelétrica e secundariamente para a irrigação. O fornecimento de água limpa e a rede sanitária para a população não eram prioridades nos planos de gestão (Jacobi & Monteiro, 2009). Esta forma de gestão se caracterizava por ser profundamente tecnocrática e autoritária, além de institucionalmente fragmentada, o que acabava por dificultar a construção de planejamentos mais integrados sobre recurso.

Ao longo dos últimos vinte anos ocorreram mudanças significativas no setor de recursos hídricos no Brasil. A adoção do modelo francês de governança das águas, baseado na noção de gestão por bacia hidrográfica, revelou-se como avanço para o fortalecimento da participação social e da democracia na regulação público-ambiental no país, contribuindo

para a diminuição do abuso de poder e das práticas autoritárias de gestão de outrora.

Entretanto, este caráter plural e democrático da gestão por bacias hidrográficas não está dissociado dos conflitos, das relações de poder, da violência simbólica e da dinâmica mercadológica imposta pelo sistema de produção. Neste sentido, convém considerar que estas instâncias deliberativas também refletem de maneira significativa os conflitos sociais encontrados na sociedade pautada pela racionalidade econômico-utilitária e pela institucionalização do progresso científico. Isto é, o fortalecimento deste cenário mais participativo promove a consolidação de um novo espaço de conflito, onde os atores que participam podem expor seus interesses e buscar legitimá-los através do emprego de vários recursos de capital¹.

O estudo de caso a que se refere este artigo é o Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê – Jacaré. Este objeto, no entanto, servirá como referência empírica para duas discussões teóricas que serão abortadas durante toda a análise. Em um primeiro momento pretende-se desenvolver uma discussão sobre a hegemonia do saber científico no paradigma epistemológico do ocidente e sua relação direta com a crise ambiental contemporânea. No segundo momento será exposta uma interpretação sociológica buscando compreender os mecanismos lingüísticos utilizados pelos participantes do comitê no embate pela gestão da água. A discussão inicial sobre a racionalidade econômica e o conhecimento científico estará presente neste segundo momento, já que são elementos importantes na produção discursiva por serem partes fundadoras do paradigma hegemônico e, portanto, legitimam a ação dos indivíduos.

Utilizar-se-ão, como referência teórica para primeira parte do trabalho, os empreendimentos analíticos de Boaventura de Souza Santos, que constituem uma profunda crítica ao projeto epistemológico da modernidade e analisam a formação dos processos denominados de hipercientificação e hipermercantilização, características fundamentais do desenvolvimento da modernidade no ocidente. Outra contribuição teóri-

¹ Aqui, por capital, entende-se, sobretudo, o conceito de capital simbólico descrito por Pierre Bourdieu, que engloba as idéias de capital econômico, cultural e social. Este nos parece importante para investigar as assimetrias de poder entre os atores sociais. Para ver mais Bourdieu (2007).

ca a ser utilizada nesta primeira parte é obra de Enrique Leff, que servirá de ferramenta teórica para a análise do conceito de racionalidade econômica. Leff busca identificar uma nova racionalidade, denominada de Racionalidade Ambiental, que emerge a partir da crise ambiental e se contrapõe ao paradigma dominante. Este novo conceito consolidado pelo autor assumirá uma centralidade na análise crítica que se pretende desenvolver em conjunto com as contribuições de Santos sobre o paradigma hegemônico do ocidente.

Na segunda parte deste trabalho será exposta uma análise sobre a utilização de capitais simbólicos e culturais na disputa de interesses entre os participantes do comitê bem como os processos de construção de verdades compartilhadas e será balizada pelas obras de dois autores. A primeira referência teórica será a de Bourdieu, que contribui para a compreensão da formação de um mercado simbólico dos discursos. Como é sabido, Bourdieu sugere a interpretação da luta de forças e posição de classe nas relações entre o produtor e o receptor dos discursos, contextualizando esta relação em um mercado de bens e enunciados simbólicos. As relações de poder simbólico quando favoráveis ao locutor, ou seja, quando este goza de um determinado *status* devido ao seu posicionamento social, permitem ampliar as suas potencialidades de agregar valor ao produto para muito além do conteúdo semântico do discurso. Em seguida a obra de Foucault também servirá como referência teórica, sobretudo, para compreendermos a produção do discurso científico enquanto uma construção social passível de ser identificada historicamente a partir de uma desnaturalização da racionalidade que rege o pensamento ocidental.

2. CIÊNCIA: UM SABER TOTALITÁRIO

O modelo global de racionalidade científica perpassa por várias áreas do conhecimento humano e por isso admite uma variedade interna que se constitui em vários campos do saber. Este paradigma epistemológico se distingue e se defende estabelecendo fronteiras entre ele e o senso comum, ou ainda, entre ele e qualquer outra forma de conhecimento que não esteja submetida aos seus critérios de verdade. É, portanto, um modelo totalitário porque não reconhece nenhuma outra racionalidade além daquela que caracteriza seus princípios epistemológicos e sua metodologia. É

esta a característica principal da ciência e que melhor a diferencia dos paradigmas que a precederam (Santos 2002).

Os comitês de bacia que caracterizam a governança das águas no Brasil na atualidade apresentam-se em convergência com um processo global de profunda incorporação da racionalidade econômica e do saber técnico-científico por parte das instituições modernas, voltadas para um processo de democratização e descentralização da gestão dos recursos naturais. Em parte, esse processo é consolidado por uma confiança coletiva no conhecimento técnico-científico e na racionalidade econômica enquanto elementos norteadores de qualquer forma de gestão. A legitimidade desse paradigma epistemológico já está tão enraizada que a abertura para uma gestão mais democrática é um processo que não tem ameaçado sua legitimidade e sua dinâmica de funcionamento hegemônica. É, portanto, um paradigma legitimado por muitos incluindo aqueles que socialmente não dominam e não produzem diretamente essa forma de conhecimento.

Ao descrever o paradigma hegemônico da modernidade, Santos aponta para o que vai chamar de pilares de sustentação desse modelo, e, ao analisar estes pilares, o autor observa dois processos que se desenvolvem segundo o projeto de modernidade se consolida em escala global e vai chamá-los de hipercientificação e hipermercantilização. O projeto sócio-cultural da modernidade se assenta, segundo o autor, em dois pilares fundamentais: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. O pilar da regulação é composto por outros três pilares: princípio do Estado, princípio do mercado e princípio da comunidade. Já o pilar da emancipação se assenta em mais três pilares ou três lógicas de racionalidade: racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica.

A consolidação do projeto de modernidade, segundo Santos, trouxe conseqüências sérias para as dinâmicas dos pilares que sustentam o projeto de modernidade. Entre os pilares regulatórios o Princípio do Mercado se destaca à medida que o capitalismo se desenvolve, o Princípio do Estado assume um papel de legitimador do desenvolvimento econômico, enquanto o Princípio da Comunidade, através do seu vínculo com a racionalidade estético-expressiva, se retrai diante da força do mercado. O nível da eman-

cipação também apresenta deformações no âmbito do equilíbrio entre as três lógicas. A racionalidade cognitivo-instrumental, a partir do seu vínculo com o Princípio do Mercado, assume uma posição de destaque frente aos demais princípios e desenvolve um forte poder de organização da sociedade.

A análise de Santos sobre este desenvolvimento combinado do Princípio de Mercado com a racionalidade cognitivo-instrumental se consolida como um dos temas centrais que se pretende desenvolver neste trabalho. O comitê de bacia além de se caracterizar como uma governança mais democrática é também fruto da radicalidade destes dois elementos citados por Santos. Os conflitos pelo uso da água estão em grande parte envoltos pelo princípio de mercado e pelo conhecimento técnico-científico reduzindo o papel dos participantes a negociadores regidos por esta dinâmica.

A obra de Santos é uma reflexão importante sobre a racionalidade do ocidente porque aponta os limites do paradigma epistemológico da modernidade. Espera-se que estes limites possam ser identificados na gestão da água e na dinâmica de negociações do comitê. Frente a estes limites, o autor desenvolve a construção de uma nova forma de entender a vida e as relações sociais, recriar a relação entre a ciência e o senso comum proporcionando um senso comum mais criativo e reflexivo.

Em *“Um discurso sobre as ciências”* (2009) o autor já havia iniciado sua discussão sobre o paradigma dominante do pensamento ocidental. Sua argumentação crítica sobre a ciência foi construída demonstrando que se trata de um pensamento socialmente construído, que seu rigor possui limites intransponíveis e que sua objetividade não leva necessariamente à neutralidade. O Sr. Santos percebe a necessidade da elaboração de uma crítica ao paradigma dominante porque compreende que este modelo não é universal e apresenta limites que podem ser identificados quando se analisa sua origem e desenvolvimento sócio-histórico.

Neste trabalho a argumentação de Santos contribui para uma pesquisa crítica sobre o caráter hegemônico da racionalidade econômica e do conhecimento científico nas instâncias de gestão da água, buscando compreender em que medida estes fatores conduzam a produção dos discursos e marginalizam outras formas de conhecimento que se expressem na governança das águas.

3. UMA NOVA RACIONALIDADE

A crise do projeto de modernidade apontada por Boaventura de Souza Santos também é um tema abordado por Enrique Leff (1989, 2004, 2006). No entanto, Leff parte da problemática ambiental para identificar um dos sintomas do que vai chamar de crise de civilização. Crise que é caracterizada por dois fatores principais: a coisificação do ser e a superexploração da natureza. Esses fatores são conseqüências diretas do desenvolvimento hegemônico da ciência e da economia capitalista. Seu caráter expansivo e acumulativo levou ao princípio de escassez² que funda esta economia, trazendo como conseqüência um processo de degradação global dos recursos naturais (Leff, 2006).

A questão ambiental se apresenta para Leff como uma das marcas do que chama de *efeito do conhecimento sobre o mundo*. A racionalidade econômica e científica caracterizadas como pilares de sustentação do projeto positivista da modernidade têm reduzido a natureza à idéia de recursos naturais, não a considerando como uma fonte de riqueza para além de sua utilização material e imediata. A crise ambiental é, sobretudo, uma crise de compreensão de mundo que se agrava principalmente pelo alto grau de intervenção da racionalidade moderna sobre a natureza.

O paradigma hegemônico, apesar de ser um dos protagonistas dessa crise, foi também capaz de identificar e reconhecer a degradação dos recursos naturais e, em virtude desse desafio contemporâneo, buscou lidar com a questão ambiental a partir da sua racionalidade técnico-instrumental. Neste sentido, a economia neoclássica tem sido utilizada como um mecanismo regulatório para a exploração racional dos recursos do planeta com o intuito de preservar e manter o desenvolvimento. No entanto, na tentativa de incorporar a questão ambiental ao cálculo econômico, a teoria neoclássica apostou na própria regulação pelo mercado para encontrar o equilíbrio

² Toda a base de argumentação de Leff está fundamentada sobre dois conceitos. O primeiro é o de entropia, conceito que foi retirado da termodinâmica e que postula que a quantidade de energia livre que se pode transformar em trabalho diminui de forma irreversível ao longo do tempo. Leff se utiliza deste conceito para analisar o processo esgotante em que se encontra o desenvolvimento econômico humano. Para reverter este quadro, o autor sugere alternativas fundamentadas na neguentropia, conceito que também foi retirado da termodinâmica, mas que se refere, especificamente neste caso, à utilização equilibrada dos recursos naturais, de acordo com sua capacidade de renovação. Para ver mais (Leff, 2006:169-210).

sustentável da utilização dos recursos naturais. Tentativa que para muitos autores, tais como Martins (2004) e Leff (2006), se mostrou inviável principalmente pela impossibilidade de tradução dos recursos naturais por variáveis mensuráveis que possam ser integradas no cálculo econômico.

A contraposição que Leff procura desenvolver entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental se consolida como uma análise significativa sobre o projeto positivista da modernidade bem como os saberes alternativos a este modelo hegemônico. Para a problematização sociológica sobre os comitês de bacias essa referência teórica é de extrema importância, já que a gestão dos recursos naturais está enraizada neste debate. A gestão democrática da água, como se procura experimentar no comitê, pode transitar por estas duas racionalidades das quais Leff se refere. A dinâmica da gestão pode mostrar-se de forma a legitimar a lógica técnico-científica e econômica que forja a modernidade não se desvinculando das amarras da racionalidade econômica.

A governança descentralizada das águas proposta pelo comitê pode ser considerada um avanço em muitos aspectos, mas a perspectiva que nos apresenta Leff contribui para uma investigação sociológica que possa vislumbrar as estruturas sociais nas quais esta forma de governança está inserida.

Assim como Santos aponta a hipercientificação e a hipermercantilização do mundo, Leff também destaca que a racionalidade econômica e o conhecimento científico formam os pilares de sustentação do pensamento ocidental moderno. A ação social regida por este dois fatores é legitimada e se encontra dispersa pelas mais variadas instituições. Nos comitês de bacias o conflito e a negociação pelo uso da água também estão submetidos a esta lógica e por isso o debate levantado por Leff se apresenta como uma importante ferramenta de análise

O estudo do comitê de bacia tem proporcionado uma empiria relevante para a análise da racionalidade econômica e do conhecimento científico enquanto elementos hegemônicos na gestão dos recursos naturais. As conseqüências do totalitarismo deste modelo já são evidentes e a emergência de novos saberes e novos diálogos se mostra cada vez mais necessária. A crise ambiental é um sintoma das limitações que o paradigma hegemônico carrega consigo desde sua

gênese. A exploração e o domínio da natureza são elementos fundadores das idéias que forjaram a ciência moderna e o sistema capitalista. Há, portanto, um efeito de saturação latente dos processos de racionalização na modernidade e é sobre esta perspectiva que se pretende fundamentar toda investigação teórica a ser desenvolvida neste trabalho.

4. O CONHECIMENTO ENQUANTO CAPITAL SIMBÓLICO

A consolidação do conhecimento técnico-científico e da racionalidade econômica na gestão das águas atua sobre os padrões de sociabilidade e também sobre a aceitabilidade dos discursos produzidos pelos participantes do comitê. O domínio destes elementos privilegia determinados agentes e marginaliza os discursos que não incorporam esta lógica instrumentalizada. Nesse universo conflituoso os agentes podem não só se associar entre si como também podem se vestir de representações simbólicas que valorizem o seu discurso e, conseqüentemente, o seu poder de barganha. A posse do conhecimento científico ou a congruência com a racionalidade econômica são dois elementos que participam dessa dinâmica de conflito, já que são estruturas do pensamento dominante que gozam de um alto prestígio social. Associar-se a estas estruturas do pensamento hegemônico garantem ao agente o benefício deste prestígio social.

Com relação à produção de discursos, para Bourdieu (1996), a linguagem humana exerce sua função primordial de comunicação de forma pura em raros momentos. No geral ela carrega consigo todas as possíveis interações simbólicas humanas, servindo de canal para a consolidação de poder de um indivíduo sobre outro, para distinguir os grupos sociais e configurar a cadeia hierárquica da sociedade. A linguagem pode ser entendida, em uma forma mais ampla, por uma troca que envolve todos os feixes de relações que caracterizam a sociedade. Os discursos produzidos por um locutor, direta ou indiretamente, consciente ou não, se expõem a um mercado lingüístico e está sujeito a ser avaliado, valorizado e legitimado pelos possíveis consumidores que se encontram do outro lado dessa troca.

Bourdieu (1996) contribui consideravelmente para a investigação sobre o discurso na gestão das águas, pois constrói uma análise sobre as relações entre o

produtor e o receptor dos discursos contextualizando esta relação em um mercado simbólico. Para tanto, o autor vai além das aparências e identifica de forma contundente o jogo de interesses e as relações de poder que constituem o mercado em questão. Esta contribuição de Bourdieu nos ajuda a compreender as lacunas da teoria neoclássica deixadas pelo seu foco na dinâmica operacional do mercado.

A troca lingüística é também uma troca econômica porque se estabelece a partir dos capitais simbólicos do emissor e do receptor, ambos alocados num mercado. Esta troca não é desinteressada; pelo contrário, os interesses estão postos, de forma clara ou não, desde a produção, passando pela circulação e pelo mercado em questão, até o seu consumo pelo receptor. É uma comunicação que gera, para aquele que produz o discurso, um determinado lucro de ordem material ou simbólica. Em outras palavras, como descreve Bourdieu, os discursos não são apenas signos a serem compreendidos ou decifrados, são também signos de riquezas a serem avaliados pelo mercado ou pelo receptor, são signos de poder, de autoridade a serem legitimados e obedecidos. A língua aglutina uma ampla gama de fatores que transcendem amplamente sua função pura de instrumento de comunicação.

Ao produzir um discurso, o locutor utiliza uma série de mecanismos para agregar valor ao seu produto. Como, por exemplo, buscar possíveis instituições que possam associar sua figura a um poder simbólico, ou seja, representações sociais que lhe confirmam autoridade e legitimidade vinculando, dessa forma, os discursos a essa categoria de *status* e prestígio.

Este processo descrito por Bourdieu, quando comparado com a construção teórica neoclássica sobre a dinâmica do mercado, evidencia que algumas lacunas foram deixadas no caminho. A racionalidade econômica, que segundo a concepção neoclássica, pode gerar um equilíbrio, também age de maneira inversa já que os agentes envolvidos se utilizam de elementos para se diferenciar e se munir de poder contra os demais envolvidos. A racionalidade de mercado, portanto, não se pauta pelo equilíbrio, mas pela desigualdade.

Outro elemento importante apontado pelo autor é o objeto do discurso, ou para quem este é direcionado. Isto é, além do fator supracitado, a produção do discurso também leva em conta seu público alvo. É o

que o autor chama de aceitabilidade do discurso, ou seja, um discurso que seja socialmente aceitável. As produções do discurso são alicerçadas por elementos que transcendem a gramaticalidade; no entanto, esta produção precisa ser reconhecida e valorizada pelos consumidores do discurso. A aceitabilidade vai determinar a formação de valor do produto no mercado em questão.

A aceitabilidade dos discursos, além de ser determinada pela posição social do locutor e do receptor, é também determinada por alguns outros elementos que agregam valor ao produto de acordo com a sociedade em que está inserido. No caso da sociedade contemporânea ocidental, a associação com a ciência (ou com a metodologia científica) e com o discurso economicista agrega valor ao produto por que faz com que este esteja vinculado às estruturas do pensamento que já gozam de um prestígio diante dos distintos grupos e classes sociais.

Neste sentido, temos que levar em conta a importância de um discurso que encontre ressonância com a racionalidade econômica e com a ciência. O projeto da modernidade prestigia discursos que sejam produzidos a partir de um embasamento econômico e que elabore conceitos que se encaixem na lógica economicista de mercado. Os saberes que se encontram à margem deste pensamento hegemônico não são valorizados e não recebem o mesmo prestígio no debate.

Além disso, como destacamos anteriormente, a metodologia científica se fundamenta através dos conceitos de imparcialidade e de empirismo que constroem um discurso não questionável e legítimo. Estes elementos da metodologia científica não se limitam a este campo, podendo, portanto, serem encontrados em outros discursos. A teoria de Bourdieu consegue lidar com estes elementos a partir de uma análise detalhada da produção, circulação e consumo dos discursos considerando diversos elementos sociológicos que determinam este processo. A contribuição que Bourdieu proporciona a este trabalho consiste em evidenciar que a lógica de mercado é constituída essencialmente pelas relações sociais que extrapolam a economia e que o debate teórico, mesmo fundamentado em valores aparentemente imparciais como os da ciência e da racionalidade, também refletem os interesses sociais e a estrutura hierárquica onde está inserido.

5. A DESCONSTRUÇÃO DO SABER E DO HOMEM

Neste trabalho, a contribuição de Foucault consiste em auxiliar a compreensão dos discursos presentes no comitê de bacía enquanto um conjunto de enunciados que, mesmo pertencendo a campos diferentes, obedece a uma mesma ordem de funcionamento e legitimidade. A ordem do discurso, descrita em sua aula inaugural no Collège de France em 1972, é caracterizada por um conjunto de cisões históricas próprias de cada período em particular e consolidada por uma norma reguladora que estabelece a organização do real por meio da produção do saberes e das verdades compartilhadas.

Ao voltar seu olhar sobre o discurso, Foucault se interessa por dois aspectos paralelamente. O primeiro deles refere-se ao caráter lingüístico do discurso e neste aspecto o autor dialoga com a gramática e com a lingüística. Porém, é o segundo aspecto que servirá para o propósito deste trabalho. Ao realizar uma descrição sobre as transformações dos tipos de discurso nos séculos XVII e XVIII, Foucault elabora mais do que uma análise de discurso do ponto de vista lingüístico. Estabelece também uma investigação sobre as condições de emergência de dispositivos discursivos que sustentam práticas.

Compreender esta perspectiva sobre o discurso contribui para que a investigação pretendida neste trabalho possa identificar uma ordem discursiva que precede todos os representantes do comitê de bacía, sejam eles do Estado, do município ou da sociedade civil. Neste sentido, a obra de Foucault permite a confecção de uma ponte entre a discussão levantada na primeira parte deste trabalho – sobre a racionalidade econômica e o prestígio do discurso técnico-científico – e o estudo de caso balizado pelos referenciais do mesmo e de Bourdieu.

Em *“A Arqueologia do Saber”* (1969) apresentou elementos importantes que serão utilizados para instrumentalizar a pesquisa sobre o Comitê de Bacía Tietê-Jacaré. Pretende-se compreender a formação discursiva que é prestigiada e legitimada nesta instância de gerenciamento. Uma das formas de elucidar este processo é através da identificação de uma regu-

laridade no conteúdo dos enunciados³ efetivos (falados e escritos) dentro do comitê. Dessa maneira será possível avaliar os elementos que legitimam os discursos neste espaço de gestão.

Esse exercício permite transcender a relação entre o sujeito e seu discurso, voltando-se para a compreensão de qual deve ser a forma e o conteúdo do discurso para que os indivíduos se constituam enquanto sujeitos legitimados. Nesse sentido, a contribuição de Foucault para este trabalho, está em compreender as relações e o contexto que determinam as condições de existência do discurso. Baseados nesta argumentação partimos da hipótese de que a formação discursiva no Comitê de Bacía Tietê-Jacaré é limitada por um conjunto de relações que ordena aquilo que é considerado legítimo ou despossuído de razão.

Nos discursos produzidos no comitê tal argumentação foucaultiana auxiliará na construção de uma investigação crítica sobre os elementos de prestígio que conduzem a ordem do discurso na governança das águas, sejam eles: a racionalidade econômica e o saber científico. Como se pode observar, tanto no trabalho de Foucault quanto no de Bourdieu, o saber científico não apenas constitui uma construção social, como também pressupõe um sujeito determinado socialmente. Este sujeito possui, de maneira legítima, o direito da posse do discurso e dos enunciados da ciência. Investigar o paradigma moderno é também compreender o sujeito socialmente construído que tem a posse da razão e que se constitui como o representante desta forma de conhecimento para a sociedade.

Ao se analisar o comitê de bacía é preciso verificar as normas e as dinâmicas institucionalizadas que precedem os indivíduos e determinam um padrão de comportamento socialmente aceitável, produzindo, inevitavelmente, uma diferenciação entre um discurso legítimo e um ilegítimo. Este processo se configura em uma marginalização de saberes que não estão regidos pelas lógicas do conhecimento hegemônico institucionalizado. Foucault se dedica à investigação

³ Enunciado é definido por Foucault como “(...) uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam como conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. (Foucault, 2008: 98). Compreender o enunciado, portanto, não se restringe em analisar a relação entre o enunciador e o conteúdo de sua fala, mas de determinar qual é a posição que o indivíduo deve assumir – em um determinado contexto – para se tornar sujeito.

da institucionalização do conhecimento técnico-científico e suas conseqüências enquanto um processo de normatização e exclusão.

No caso da governança das águas, a perspectiva analítica foucaultiana permite observar a dinâmica normalizadora que legitima as ações dos indivíduos dentro da arena de gestão, gerando necessariamente um processo de marginalização de ações e formas discursivas que não se encaixam nas normas preestabelecidas. Os trabalhos desenvolvidos por este autor se concentram em casos extremos de exclusão e de marginalização social. Embora o objeto de estudo deste trabalho não se enquadre nesse universo, o exercício intelectual de Foucault contribui para a desnaturalização da dinâmica social institucionalizada. Desse modo, é possível observar as formas de distinção social que se estabelecem nas negociações regionais sobre o uso da água, processo inerente a qualquer disputa de interesse ou arena de negociação.

Foucault desnuda a relação da medicina com o Estado como uma ferramenta nos dispositivos de segurança deste último para tratar do espaço urbano, das massas, da família como célula fundamental e, por fim, do indivíduo. Durante cerca de um século, a medicina higienista⁴ representou o tronco epistemológico do qual puderam proliferar ramos das ciências biomédicas, das ciências humanas, e das ciências sociais. Psiquiatria, antropologia, criminologia, forneceram um modelo de cientificidade e um regime de verdade às práticas racistas do eugenismo.

Ainda sobre este contexto, Foucault desenvolve a noção de biopolítica. Refere-se à transformação do poder político, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, que visava governar não somente os indivíduos, mas também as populações como um todo, voltando-se para questões como a natalidade, a higiene, a saúde, a sexualidade etc. Este processo estabelece uma nova forma de governabilidade ao direcionar-se para um novo objeto: a população. Governam-se não mais os indivíduos, mas sim, a vida como um todo a partir de um conjunto de

saberes técnicos que Foucault denomina de grande Medicina Social.

Esta noção de biopolítica será considerada neste trabalho, a partir da hipótese de que o comitê de bacia pode ser entendido como uma instância sujeita a exercer um determinado papel na governança da água e das formas de uso deste recurso pela população. Será investigado em que medida a racionalização do uso da água pode ser compreendido como uma forma de biopolítica, representada por biopoderes locais que se constituem em aparatos técnicos e institucionais exercendo uma forma de controle sobre a população.

A obra foucaultiana se consolida como um alicerce importante neste trabalho, pois contribui para uma investigação sociológica profunda das dinâmicas sociais que constituem a gestão das águas no comitê de bacias hidrográficas. A associação entre o princípio de mercado e a racionalidade ambiental, apontados por Santos e Leff e abordadas anteriormente, poderá ser identificada nos discursos produzidos pelos participantes do comitê. O referencial teórico de Foucault se apresenta como uma ferramenta importante para compreendermos estes fatores enquanto estruturas que se expressam em um processo de vontade de poder e de disputa pela gestão da água.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo destacamos a questão ambiental como um dos elementos que levaram o paradigma hegemônico a um ponto crítico. A degradação ambiental apresenta-se como o resultado final do desenvolvimento da racionalidade científica e econômica. A finitude do mundo apresentou-se como uma barreira ao desenvolvimento econômico e também à existência humana. As variáveis ecológicas passaram a ser incorporadas como critérios da racionalidade econômica através da economia neoclássica, sendo considerados como “custos ecológicos” que poderiam ser regulados a partir da lógica de mercado. No entanto, a tradução desses “custos ecológicos” é polêmica já que a comensurabilidade parece ser cada vez mais uma idéia ilusória de controle dos danos provocados pela forma de desenvolvimento econômico que é praticado pelo sistema capitalista global. Os ritmos ecológicos de regeneração e produtividade não são os mesmos dos demandados pelos ciclos econômicos de

4 Medicina higienista é uma terminologia que abrange diversas iniciativas de controle da população referenciadas na ciência médica. Foucault analisa alguns casos entre o século XVIII e XIX. Alguns casos podem ser destacados como a Medizinichepolizei (policia médica) na Alemanha do século XVII, a lei dos pobres na Inglaterra no século XIX e na França da segunda metade do século XVII, a medicina social.

produtividade, o que parece ser um dos maiores desafios da atualidade.

As perspectivas teóricas de Santos e Leff convergem ao descreverem uma crise no projeto da modernidade. A lógica de mercado e a hegemonia do pensamento científico também são destacadas por ambos como protagonistas da radicalidade deste modelo que trouxe como consequência a superexploração dos recursos naturais e o acirramento das tensões nas relações de trabalho no sistema capitalista.

Os processos de hipercientifização e hipermercantilização descritos por Santos são elementos importantes para a observação da dinâmica conflituosa da gestão das águas já que são fatores enraizados nas instituições modernas. A investigação sociológica sobre a gestão da água é realizada a partir de uma observação atenta sobre estes dois elementos do paradigma moderno. Da mesma forma a centralidade da questão ambiental como um sintoma do efeito do conhecimento sobre o mundo (Leff, 2006) também é considerada como uma referência teórica importante para o desenvolvimento de toda a pesquisa.

Neste trabalho partilha-se do pressuposto de que estes elementos são de fato protagonistas deste contexto de crise estrutural e, portanto, a investigação sobre as formações discursivas busca identificar estes dois elementos enquanto estruturas legitimadoras na produção dos discursos nos comitês de bacias. A gestão descentralizada da governança das águas está imersa no contexto de crise global ambiental bem como no paradigma hegemônico da modernidade.

Apesar desta distinção conceitual, os empreendimentos analíticos de Foucault e Bourdieu estabelecem uma crítica significativa à razão da ciência moderna, pois desnaturalizam a sua neutralidade e seu aparente caráter universal através de uma investigação que caracteriza o conhecimento científico enquanto um processo sócio-histórico que está inserido nas disputas e nos conflitos sociais pela compreensão do mundo.

Para além desta desconstrução da razão, estes pensadores também desenvolvem uma análise sobre a produção discursiva enquanto uma disputa simbólica pelo poder de nomeação e de dominação. Este universo discursivo dialoga diretamente com os saberes hegemônicos já que estes representam uma forma de

legitimidade e de aceitação social. Bourdieu identifica nos discursos os capitais simbólicos utilizados para consolidar a legitimação e o prestígio daquele que o produz, configurando um mercado simbólico onde estes discursos são produzidos e enviados aos receptores podendo gerar um lucro ao produtor de ordem material ou simbólica. Já Foucault identifica nos discursos uma vontade de poder e de dominação a partir do direito legitimado de nomear o mundo e organizar a dinâmica social.

Neste trabalho o referencial teórico destes quatro autores é de fundamental importância para se analisar a dinâmica conflituosa que se dá na gestão da água nos comitês de bacias hidrográficas. A partir destas obras podemos observar de que maneira a racionalidade econômica e o conhecimento técnico-científico se expressam nas disputas e nos conflitos que constituem a governança descentralizada das águas bem como realizar uma investigação sobre os padrões de comportamento socialmente instituído dentro do comitê, que regem a produção dos discursos e determinam a forma como os participantes se posicionam para alcançar um maior grau de prestígio e de satisfação de seus interesses pelo uso da água.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. 1996. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp.
- _____. 2007. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2007. *Meditações Pascalianas*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Bernand Brasil.
- Foucault, M. 2008. *A ordem do discurso: a aula inaugural no College de France*. Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 1992. *As palavras e as coisas*. 6a ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2006. *O nascimento da clínica*. 6a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2008. *A arqueologia do saber*. 7a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Jacobi, P. R; Monteiro, F. 2009. "Capital social e desempenho institucional na Bacia do Alto Tietê: resultados de pesquisa". In: Jacobi, P. R. (org). *Atores e processos na governança da água no Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 35-60.

- Leff, E. 2009. "Cálculo econômico, políticas ambientais e planificação do desenvolvimento – a difícil valorização do ambiente". In: Jacobi, P. R. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes, 170-204.
- _____. 2006. "A construção da racionalidade ambiental". In: Jacobi, P. R. *Racionalidade ambiental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 221-266.
- _____. 2006. "Ecologia política e saber ambiental". In: Jacobi, P. R. *Racionalidade ambiental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 277-335.
- Martins, R. C. agosto de 2008. *Poder e legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos*. Oficina do CES (Universidade de Coimbra), 312.
- _____. 2004. *A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Santos, B. S. 2002. "Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum". In: *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4a ed. São Paulo: Cortez, 261-328.
- _____. 1995. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- _____. 2009. *Um discurso sobre as ciências*. 6a Ed. São Paulo: Cortez.

PARA CITAR EL PRESENTE ARTÍCULO:

Estilo Chicago autor-fecha:

De Freitas Espinoza, Rodrigo y Contante Martins, Rodrigo. 2011. "Do discurso sobre a natureza e a natureza do discurso: um estudo de caso sobre a gestão das águas". *Nova et Vetera* 20(64): 93-102.

Estilo APA:

De Freitas Espinoza, R. y Contante Martins, R. (2011). Do discurso sobre a natureza e a natureza do discurso: um estudo de caso sobre a gestão das águas. *Nova et Vetera*, 20(64), 93-102.

Estilo MLA:

De Freitas Espinoza, R. y Contante Martins, R. "Do discurso sobre a natureza e a natureza do discurso: um estudo de caso sobre a gestão das águas." *Nova et Vetera* 20.64 (2011): 93-102.
